

Domicílios e moradores de uma vila paulista. Franca-SP, século XIX.

Maísa Faleiros da Cunha*

RESUMO

Neste trabalho iniciamos por analisar a composição dos domicílios francanos em 1836 e, em seguida, o tamanho e a estrutura dos domicílios chefiados por livres e as relações familiares e de subordinação estabelecidas entre os seus habitantes e o chefe. Ademais, caracterizamos a estrutura da população escrava por sexo, idade, origem africana e crioula no decorrer da primeira metade do século XIX a fim de realizarmos um exercício de caráter metodológico, comparando as informações coletadas em inventários *post mortem* no período 1811-1850 e os dados censitários referidos a um momento específico (1836). Demonstramos que os dados provenientes das duas fontes citadas, ainda que com recortes temporais distintos apresentaram tendências semelhantes quanto à estrutura demográfica dos cativos.

A localidade

Na passagem do século XVIII ao XIX, o florescimento da lavoura canavieira e, posteriormente, cafeeira de exportação em território paulista, foi acompanhado do crescimento da mão de obra escrava africana, crucial para a expansão dessas lavouras. Ao mesmo tempo, a produção de gêneros para o mercado interno progredia, para atender ou complementar o abastecimento daquelas áreas exportadoras e a Corte estabelecida no Rio de Janeiro em 1808. A abertura dos portos às nações amigas nesse mesmo ano somou para dinamizar as trocas comerciais no Brasil. Nesse contexto de ampliação dos mercados de abastecimento e das áreas agro-exportadoras é que se deu o povoamento efetivo do *Sertão do Rio Pardo*, região na qual se encontra Franca.

Num primeiro momento, de sesmarias e pousos (século XVIII) o *Sertão do Rio Pardo* foi povoado por paulistas e sua evolução demográfica foi pouco expressiva. A economia da região estava voltada para a produção de gêneros de primeira necessidade

* Doutora em Demografia (IFCH/ Unicamp).

para o próprio consumo e o abastecimento dos viajantes que percorriam o Caminho dos Goiazes.

Esta configuração começou a se modificar, a partir da década de 1790, acentuando-se sobretudo nas primeiras décadas do século XIX com a presença mineira no efetivo povoamento da região norte paulista (CHIACHIRI FILHO, 1986). Este movimento de mineiros em direção ao *Sertão do Rio Pardo* situa-se no contexto de ampliação da fronteira da pecuária e agricultura de subsistência de Minas Gerais em direção a São Paulo.

Algumas condições teriam contribuído para a escolha da região de Franca como destino dos migrantes de Minas Gerais. Além de condições naturais favoráveis como pastos abundantes, clima ameno e vegetação de cerrado (o que facilitaria a derrubada da mata), a localização próxima ao Caminho dos Goiazes permitiria o escoamento da produção.

O movimento migratório, oriundo em grande parte do sul de Minas Gerais, modificou a paisagem das colinas, capoeiras e matas que deram lugar mais tarde à Vila Franca do Imperador. A criação da paróquia (1805) é creditada ao empenho de mineiros que se estabeleceram na região, tendo seu primeiro vigário nascido em Minas Gerais. Nos anos subseqüentes, os novos moradores de Franca, obtiveram mais uma conquista, a elevação do povoado a vila e a abertura da Câmara Municipal (1824). Assim, a comunidade já se encontrava minimamente atendida em suas necessidades espirituais e político-administrativas. Durante esse processo, o crescimento populacional foi significativo e avançou as décadas seguintes¹. A população escrava esteve presente, mas sua proporção no total de habitantes não ultrapassou um terço em todo o período para o qual encontramos informações demográficas (final século XVIII e século XIX).

As principais atividades econômicas desenvolvidas em Franca eram a pecuária, a produção de gêneros da terra voltados para o abastecimento interno, o comércio do sal e uma produção razoável de tecelagem a qual, muito provavelmente, ultrapassava o consumo interno. Nessa época, a produção do café era ainda irrisória.

Neste sentido, Franca apresenta especificidades: mesmo não estando inserido na grande lavoura de exportação, esse município possuía uma economia dinâmica voltada para o mercado interno - produção de bens alimentícios e pecuários – e a posição como

¹ A população do *sertão do rio Pardo* era de apenas 365 habitantes em 1797 (Fonte: BRIOSCHI, 1995, p.112). A freguesia de Franca contava com 1.605 moradores em 1807 e 2.848 no ano de 1814 (Fonte: BACELLAR 1999, p.70). A Vila Franca do Imperador possuía 5.827 habitantes em 1824 e 10.667 em 1836 (Fontes: CHIACHIRI FILHO, 1986, p.186; MÜLLER, 1923, respectivamente).

entreposto comercial, além de uma população considerável, tanto de livres quanto de escravos².

Na primeira metade do século XIX, Franca não se enquadrava como um município agro exportador como os do Vale do Paraíba vinculados à cafeicultura ou os do quadrilátero do açúcar. As atividades desenvolvidas na região eram a pecuária e a produção de gêneros (arroz, milho, feijão, mamona, cana, algodão, dentre outros) (MÜLLER, 1923). Além destas, destacavam-se também a produção têxtil (tecelagem de algodão e tear) e o comércio do sal.

Os gêneros alimentícios produzidos na localidade abasteciam viandantes que percorriam a Estrada dos Goiases, uma vez que a região de Franca exerceu a posição de entreposto comercial ao interligar Minas Gerais e São Paulo a Goiás e Mato Grosso. O gado era destinado ao comércio e consumo em Minas Gerais, à Corte, ou ao Vale do Paraíba paulista.

Domicílios

A Lista Nominativa de 1836 oferece-nos uma série de informações quanto ao tamanho e à composição do domicílio. Ao especificar qual tipo de relação que outras pessoas presentes no domicílio tinham com o chefe, permite identificar os arranjos domiciliares existentes, assim como os arranjos familiares entre os livres, as relações de dependência e subordinação estabelecidas entre as pessoas livres e o chefe³.

No caso de Franca, infelizmente as informações que poderiam nos ajudar a detectar a existência e as características da família escrava não existem nessa lista. Portanto, vamos nos ater ao tamanho e à composição do domicílio e da família de pessoas livres que compunham os domicílios com escravos. Dessa forma, esperamos compreender também um pouco mais as relações familiares e de convivência estabelecidas entre os segmentos populacionais que constituíam a sociedade local.

Dos 1.571 domicílios arrolados na Vila Franca do Imperador em 1836, 40,1% contavam com o braço escravo, proporção maior que em outras localidades paulistas para as quais dispomos de informação relativa às três primeiras décadas do século XIX.

² Sobre a evolução histórica e econômica de Franca ver CUNHA, 2009, capítulo 1.

³ Utilizamos domicílio como sinônimo de *fogo* (termo empregado nas listas nominativas de habitantes). Partimos da perspectiva de que domicílio e família constituem-se em dois conceitos diferenciados, uma vez que não fazem parte da família todos os membros coabitantes do domicílio (COSTA, 1982; SCOTT, 1987).

Em Sorocaba (1810), Areias (1829) e Ubatuba (1830) os escravos estavam presentes em 20,4%, 38% e 35% dos domicílios, respectivamente. Naquele momento a cafeicultura já estava presente em Areias e Ubatuba, mas em Sorocaba a agricultura de subsistência e as trocas comerciais imperavam⁴. Em 1829, considerando-se toda a Província de São Paulo, aproximadamente 30% dos domicílios possuíam escravos (LUNA, 1992, p.447).

Em relação ao número médio de pessoas nos domicílios, os valores encontrados para Franca e para outros municípios paulistas na primeira metade do século XIX mostram também algumas variações entre si, provavelmente relacionadas à economia desenvolvida no local (Quadro 1). Franca e Sorocaba apresentavam uma economia voltada para o mercado interno. Ubatuba passava por um rápido momento de crescimento da cafeicultura e Campinas era um grande produtor de cana-de-açúcar⁵. Já os valores relativos ao Vale do Paraíba dizem respeito a domicílios de elite, com 40 ou mais escravos.

Quadro 1- Número médio de pessoas por domicílio. Municípios paulistas, 1810-1836

Localidades	Nº Médio de Pessoas por Domicílio (Livres+Escravos)	Nº Médio de Pessoas Livres por Domicílio	Nº Médio de Pessoas Escravas por Domicílio
Franca (1836)	6,7	4,4	5,4
Sorocaba (1810) (a)	5,4	4,3	5,4
Ubatuba (1830) (b)	7,2	-	7,5
Ubatuba (1836)	8,9	-	-
Campinas (1829) (c)	8,9	3,5	14,7
Vale do Paraíba (1829) (d)	-	5,9	-
São Paulo e arredores (1829) (d)	-	3,8	-
Província de São Paulo (1836) (e)	7,2	4,6	-

Fontes: (a) BACELLAR, 2001, p.144 (Estimamos o total de domicílios (1.765) a partir de informações dadas pelo autor de que 20,4% (360) dos domicílios possuíam escravos, do número total de habitantes e de escravos em Sorocaba em 1810). (b) MARCÍLIO, 1986, p.105 (Número médio de escravos por domicílio em 1830) e p.139 (Número médio de pessoas por fogo em 1830 e 1836). (c) TEIXEIRA, 2004, p.93. (d) SCOTT, 1987, p.154. (Os valores referem-se aos livres presentes nos domicílios dos proprietários de 40 ou mais escravos, portanto, a elite proprietária do Vale do Paraíba e de São Paulo e arredores). (e) MARCÍLIO, 2000, p.97.

Metade dos domicílios de Franca tinha entre 2 e 8 moradores e, em média, apresentavam um número menor de pessoas (6,7) do que o encontrado para o conjunto

⁴ Sobre Sorocaba ver BACELLAR, 2001, p.144; sobre Areias LUNA, 1992, p.447; sobre Ubatuba MARCÍLIO, 1986, p.134.

⁵ Os números médios de escravos por domicílio apresentados para Franca, Sorocaba e Campinas consideraram apenas o total de domicílios com escravos.

da Província (7,2) e para as áreas agroexportadoras. Por outro lado, mostravam um valor maior do que em Sorocaba (5,4).

Obedecendo a uma recomendação do pai da Demografia Histórica, Louis Henry (1988), que vem sendo seguida pelos historiadores-demógrafos brasileiros, nossa análise dos domicílios francanos desagrega os domicílios em “com escravos” e “sem escravos”.

(...) numa sociedade escravista, é lícito separar inicialmente os domicílios em duas grandes categorias, com ou sem escravos, e a partir daí, fazer as análises concernentes, inclusive verificar se a quantidade de escravos por fogo teria influência na organização familiar (SCOTT, 1987, p.92).

Em Franca, a maioria dos domicílios não era grande. No conjunto dos domicílios “sem escravos”, aproximadamente 3/4 tinha entre uma e cinco pessoas; os domicílios “com escravos”, os que apresentavam essa mesma composição de pessoas livres chegavam próximos a 2/3 do total.

O número médio de pessoas livres era um pouco menor nos sem escravos do que nos escravistas (4,2 e 4,8 respectivamente). Por sua vez, nesses últimos havia uma correlação direta entre o número de pessoas livres e o tamanho da escravaria, ou seja, na medida em que aumentava o número de pessoas livres o número médio de escravos também se ampliava (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1- Pessoas livres e escravas nos domicílios com e sem escravos. Franca, 1836

Nº Pessoas Livres	Dom.*com Escravos	%	Nº Escravos	%	Nº Médio Escravos	Dom. sem Escravos	%
1-5	402	63,8	1806	53,2	4,5	690	73,3
6-10	203	32,2	1379	40,6	6,8	238	25,3
11 ou +	25	4,0	210	6,2	8,4	13	1,4
Total	630	100,0	3395	100,0	5,4	941	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836. Dom.* = Domicílios.

Tabela 2- Pessoas escravas nos domicílios. Franca, 1836

NºPessoas Escravas	Domicílios com Escravos	%
1-3	342	54,3
4-10	200	31,7
11-20	70	11,1
21 e +	18	2,9
Total	630	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

Nos domicílios escravistas, em razão dos chefes serem mais velhos (tinham em média seis anos a mais do que os chefes dos domicílios sem escravos, respectivamente 44 e 38 anos) e mais abastados⁶, podiam acolher parentes e agregados⁷. Possuir ou não escravos, como veremos a seguir, não alterou de modo significativo as estruturas familiares da população livre. As famílias com estruturas mais simples imperaram em Franca, assim como em toda a Província de São Paulo.

Os domicílios francanos eram predominantemente formados por casal com filhos; casal; viúvos (as) com filhos ou solteiros (as) com filhos, que juntos chegavam a 74,1% dos domicílios com escravos e a 79,0% nos sem escravos. A maior presença de pessoas aparentadas e agregadas, assim como de indivíduos sem relação explícita de parentesco com o chefe em domicílios com escravos pode explicar essa diferença na proporção de arranjos domiciliares simples entre os dois grupos (Tabela 3).

⁶ Berkner “constatou que havia diferenças quanto à estrutura familiar segundo critérios econômicos, registrando que entre os mais abastados a porcentagem de famílias extensas era maior que em domicílios menos favorecidos” (BERKNER, 1972 *apud* SCOTT, 1987, p.75).

⁷ No universo dos domicílios com escravos a média de outras pessoas livres (parentes ou agregados) foi de 0,22 (29 parentes do chefe e 80 agregados/camaradas). Nos domicílios sem escravos a média foi de 0,11 (20 pessoas aparentadas e 69 agregados) Na Lista Nominativa de Habitantes de 1836 informatizada que trabalhamos, os agregados e camaradas formam uma só categoria “agregados/camaradas”. Aqui agregamos a estes os fâmulos (criados, serviçais) em número de 31 nos domicílios com escravos e 10 nos domicílios sem escravos.

Tabela 3- Composição dos domicílios segundo a presença ou não de escravos. Franca, 1836

Composição dos Domicílios	Domicílios com Escravos		Composição dos Domicílios	Domicílios sem Escravos	
	Nº Absolutos	%		Nº Absolutos	%
C	88	14,0	C	173	18,4
C+F	320	50,8	C+F	488	51,9
C+F+PA	5	0,8	C+F+PA	3	0,3
C+F+PA+I	1	0,2	C+F+PA+I	1	0,1
C+F+PA+A	1	0,2	C+F+PA+A	0	0,0
C+F+A	15	2,4	C+F+A	14	1,5
C+F+I	1	0,2	C+F+I	1	0,1
C+I	38	6,0	C+I	36	3,8
C+I+A	1	0,2	C+I+A	2	0,2
C+A	5	0,8	C+A	5	0,5
C+PA	1	0,2	C+PA	2	0,2
CH	51	8,1	CH	63	6,7
CH+F	60	9,5	CH+F	82	8,7
CH+F+PA	3	0,5	CH+F+PA	2	0,2
CH+F+A	5	0,8	CH+F+A	7	0,7
CH+F+I	1	0,2	CH+F+I	0	0,0
CH+I	21	3,3	CH+I	42	4,5
CH+PA	3	0,5	CH+PA	4	0,4
CH+A	9	1,4	CH+A	14	1,5
CH+I+A	1	0,2	CH+I+A	1	0,1
CH+F+PA+A	0	0,0	CH+F+PA+A	1	0,1
Total	630	100,0	Total	941	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

C = Casal (chefe + cônjuge), CH = Chefe, F = Filho (a) do chefe, PA = Parente do chefe, I = Indivíduo sem relação explícita de parentesco com o chefe, A = Agregado/camarada.

A preponderância dos arranjos domiciliares mais simples não foi uma prerrogativa francana, eles foram maioria em muitas outras localidades paulistas. Motta mostrou igualmente a predominância desses arranjos domiciliares (casal, casal ou pessoa casada com cônjuge ausente ou indeterminado, mais filhos, viúvos ou solteiros com filhos) em Bananal nos anos de 1801 (86,4%), 1817 (79,4%) e 1829 (80,0%). Esse autor detectou também que os domicílios que chamou de singulares (constituídos por viúvos, solteiros ou casados solitários) cresceram em proporção entre 1801 e 1829 (eram 6,8% em 1801 e chegaram a um quinto em 1817 e 1829) (MOTTA, 1999).

Marcílio evidenciou que na Província de São Paulo, no ano de 1828, os domicílios formados por casal, casal mais filhos, viúvos ou solteiros com filhos chegavam a 83,3% do total, sendo que os domicílios com escravos eram 74,4% e os sem escravos, 86,7%.

Ao analisar as estruturas domiciliares e familiares na Capitania/Província de São Paulo entre 1798 e 1828, conclui que:

Quase três quartos de todos os domicílios paulistas, possuindo ou não escravos, eram constituídos por estruturas familiares simples: casais com ou sem filhos, pais ou mães que – viúvos, solteiros ou casados- dirigiam sós os seus fogos. Receber parentes próximos ou afastados em suas casas, ou conviver em um mesmo teto com vários núcleos familiares eram situações excepcionais e temporárias. O modelo do domicílio paulista antigo era o de uma casa, uma família. Esta era a regra, o padrão que se mantém e se acentua mesmo com a introdução do setor de agricultura da grande lavoura de exportação. Este sistema é recorrente e prevalecente em todas as regiões da capitania paulista (MARCÍLIO, 2000, p.102)

Os domicílios francanos com escravos nos quais o chefe era a única pessoa livre chegavam a 8,1%, dos mesmos; nos sem escravos, aqueles constituídos por chefes solitários apareciam ainda em menor proporção (6,7%)⁸. Tendência semelhante, mas em proporções diferentes, foi observada na Província como um todo: em 1828, 14,1% dos domicílios com escravos contavam com apenas uma pessoa e nos domicílios sem cativos, 4,7% (MARCÍLIO, 2000). Viver só não implicava necessariamente estar isolado geográfica e socialmente de outros livres, pelo menos em Franca, pois os chefes que não viviam na companhia de outros livres, tendo apenas escravos ao seu lado, residiam preferencialmente no distrito da Vila (29,4%)⁹. Os chefes solitários, em maior proporção ainda que os primeiros, viviam nos distritos mais povoados e “urbanizados”, o que ajudava no convívio social (23,8% nos distritos da Vila e 28,6% no de Cana Verde)¹⁰. Em geral, exerciam atividades comerciais ou prestavam seus serviços (costureiras, seleiros, carpinteiros e jornaleiros)¹¹.

⁸ Domicílios solitários: indivíduo só, viúvo (a), solteiro (a) ou com estado civil indeterminado.

⁹ Dos 51 chefes de domicílios que viviam somente com seus escravos, 15 (29,4%) residiam no Distrito da Vila, 4 (7,8%) em Santa Bárbara, 9 (17,6%) no Chapadão, 6 (11,9%) no Carmo, 10 (19,6%) em Cana Verde e 7 (13,7%) em Cajuru. Quanto à ocupação, 23 eram lavradores, 1 criador, 2 fazendeiros, 3 ferreiros, 1 costureira, 1 clérigo, 1 padre, um agregado (roceiro), 2 homens que “viviam de seu negócio”, 1 mulher que “vivia de lavoura” e outra que “vivia de seu trabalho” (para os demais não há informação). Isto nos leva a considerar que possuir um ou mais escravos era uma garantia de manutenção da mão de obra e por que não de amparo na velhice, ou companhia, para os proprietários solteiros, casados ou viúvos cujos filhos já tinham partido do domicílio. Dentre estes chefes, 18 eram solteiros, 26 viúvos, 1 não apresentava informação do estado conjugal e 6 casados, num total de 29 homens e 22 mulheres.

¹⁰ De um total de 63 chefes (31 homens e 32 mulheres), 15 (23,8%) residiam no Distrito da Vila, 8 (12,7%) no Chapadão, 9 (14,3%) no Carmo, 18 (28,6%) em Cana Verde e 13 (20,6%) em Cajuru. Nenhum chefe solitário foi arrolado em Santa Bárbara. As ocupações listadas foram: 5 jornaleiros, 8 costureiras, 7 lavradores, 2 lavradoras, 1 carpinteiro, 1 negociante, 2 seleiros, 1 alfaiate, 1 agência, 1 oficial sapateiro, 1 vivia de seu trabalho e para os demais não constou informação da ocupação.

¹¹ Como exemplo, a costureira Maria Meneses Lima de 24 anos, preta e livre. Solteira, natural de Serrano, habitava um domicílio no Distrito de Cana Verde (Distrito 5, quarteirão 1, fogo 39) e vivia de seu ofício.

Nessa época, os domicílios de famílias múltiplas em Franca eram apenas quatro, não chegando a 1% do total¹². Embora essa proporção tenha variado no tempo e no espaço, outros estudos têm mostrado que ela nunca ultrapassou os dois dígitos em áreas da província paulista (MARCÍLIO, 2000; MOTTA, 1999).

Tabela 4- Proprietários de escravos e escravos por tamanho da posse. Franca, 1836

Tamanho da Posse	Proprietários	%	Escravos	%
1	165	26,2	165	4,9
2	98	15,6	196	5,8
3	79	12,5	236	7,0
4	47	7,5	188	5,5
5	42	6,7	210	6,2
1-5	431	68,4	995	29,3
6-10	111	17,6	833	24,5
11-20	70	11,1	992	29,2
21-40	15	2,4	399	11,8
41 e +	3	0,5	176	5,2
Total	630	100,0	3.395	100,0

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

Os domicílios com até 10 escravos agregavam 53,8% dos escravos em Franca e representavam 86% no conjunto daqueles domicílios (Tabela 4). Em 1832, Botelho (1994) encontrou $\frac{3}{4}$ dos escravos de Montes Claros-MG vivendo em domicílios com até 10 cativos. Já em Campinas-SP observamos exatamente o contrário: os domicílios com menos de 10 cativos continham 27,2% de todos os escravos em 1801; com a expansão das *plantations* em 1829, apenas 12,9% dos escravos estavam em domicílios que contavam com um a nove cativos (SLENES, 1999, p.71). De certa forma, nesse aspecto Franca ocupava uma posição intermediária entre aquele município mineiro e Campinas. Muito provavelmente a posição de Franca estava vinculada a uma maior relação que mantinha com as áreas agro-exportadoras, o que não ocorria com a mesma intensidade em Montes Claros.

De fato, a economia de abastecimento interno era mais ou menos rentável em virtude da proximidade de áreas agroexportadoras ou centros urbanos, o que

¹² Definimos famílias múltiplas como aquelas que contavam com a presença de casais sós ou com filhos, viúvos com filhos solteiros com filhos mais a presença de parentes, ascendentes, descendentes ou colaterais, desde que sós, sem filhos (CUNHA, 2005, capítulo 3).

proporcionava maiores ganhos aos produtores de gêneros de primeira necessidade, permitindo maior acesso ao braço escravo. Em Cunha, localidade do Vale do Paraíba paulista, por exemplo, apesar de sua participação restrita no mercado agroexportador (com menos de 5% de sua produção), os escravos eram quase metade no conjunto da população entre 1804-1829 e suas características demográficas assemelhavam-se às encontradas nas áreas de *plantation*. A proximidade com um pólo dinâmico da cafeicultura paulista e da capital contribuiu para o aquecimento da economia de Cunha e facilitou o acesso de seus produtores à mão-de-obra escrava (LUNA; KLEIN, 2005).

A significativa participação dos domicílios de Franca com reduzida posse escrava nos levou a pensar que as relações de convivência entre livres e escravos poderiam ser muito mais próximas do que nos locais em que as escravarias eram mais numerosas. Certamente não havia senzalas para poucos escravos, nem feitores acompanhando o trabalho. Dormir junto à casa do senhor deveria ser freqüente, assim como o contato mantido com a família senhorial.

Como em Franca a atividade criatória destacou-se, consideramos que boa parte dos domicílios escravistas estavam envolvidos nesta atividade. Para o escravo, a vida em uma fazenda de criação provavelmente significava viver mais disperso e isolado, o trabalho e as tarefas que envolviam a lida com o gado eram organizados de maneira mais flexível do que nos engenhos de açúcar e fazendas de café. O grau de controle que o proprietário poderia exercer sobre o trabalho cativo era também limitado pela dificuldade de implementação de um sistema de tarefas nas fazendas de criação. Nessas fazendas o trabalho exigido demandava menor esforço físico (o que não significou ter sido mais leve) e as ocupações dos escravos envolviam um grau de independência ausente na maioria dos engenhos de açúcar e fazendas de café. Nem por isso a intensidade de contato com a família do proprietário era menor, como ocorria nas *plantations* (HIGMAN, 1976).

Da perspectiva do senhor, ser um proprietário de escravos na sociedade colonial e imperial não apenas somava braços para o trabalho, contribuindo para o aumento da produção de um domicílio, mas também conferia *status* e diferenciação social¹³. O tamanho da escravaria contribuía para estabelecer o grau desse *status* entre os escravistas, assim como a intensidade dos contatos entre senhores e escravos.

¹³ Como constatou Bacellar, “a evolução das safras em geral era diferenciada caso houvesse ou não escravos na força de trabalho dos domicílios observados. O milho era o produto mais sensível à introdução do escravo no conjunto da mão de obra doméstica tendo sua safra média ampliada em cerca de 50%” (BACELLAR, 2001, p.151).

Os moradores

Características demográficas: primeira metade do século XIX

Em 1836, no vasto território do município de Franca viviam 10.370 pessoas, das quais 1/3 eram escravas (3.395). Segundo Muller (1923), Franca estava entre os nove municípios da Província de São Paulo com mais de 3.000 escravos e ocupava a oitava posição em número proporcional de escravos no conjunto da população (32,7%). Os municípios que possuíam mais escravos em São Paulo estavam vinculados à produção de açúcar ou café: Areias, Bananal, Campinas, Itu, Lorena, Piracicaba e Porto Feliz. A estes se somava a capital da Província, cuja economia absorvia também considerável número de escravos¹⁴. Outros municípios não vinculados à *plantation*, como Itapetininga e Sorocaba, apresentaram proporções de cativos em sua população bem inferiores ao verificado em Franca (respectivamente 15,5% e 23,7%).

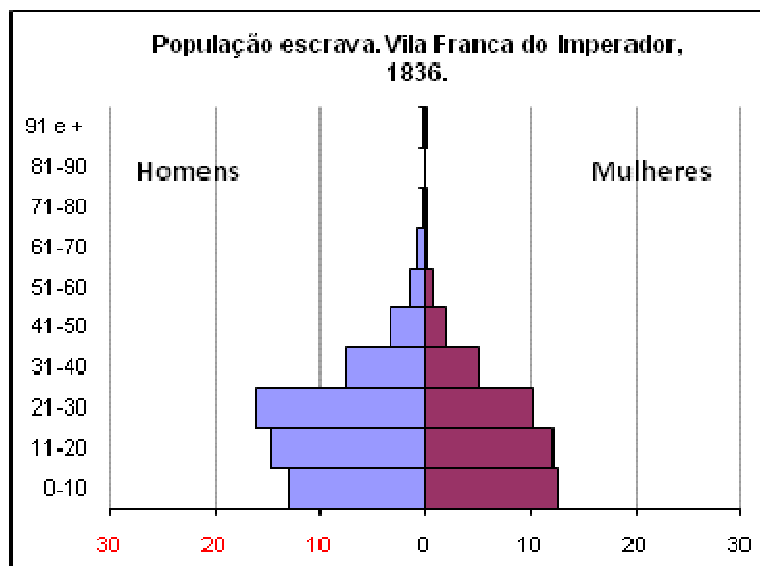
Entre os cativos de Franca havia 134 homens para cada 100 mulheres. Esse desequilíbrio entre os sexos era menor que aquele encontrado nas áreas de agricultura de exportação para o mesmo ano. Em Piracicaba e Itu, por exemplo, onde predominava a lavoura canavieira, a razão de sexo entre os escravos era de 184 e 155, respectivamente; em Bananal e Areias, municípios cafeicultores do Vale do Paraíba, esta razão alcançou níveis ainda mais elevados, respectivamente a 237 e 197. Em áreas voltadas para o abastecimento interno, a razão de sexo entre os escravos assemelhavam-se ou eram menores que em Franca, como em Sorocaba (136), Iguape (119) e a capital (107). Embora em ambos os segmentos predominassem os homens, a proporção deles no conjunto dos cativos era bem maior do que no conjunto dos livres. Entre os livres de Franca a razão de sexo era de 107, bem mais próxima ao ponto de equilíbrio (MULLER, 1923).

Como era de se esperar, a estrutura etária e por sexo da população escrava de Franca era muito diferente da população livre (Gráficos 1 e 2). O tráfico internacional e interno de escravos, que privilegiava homens em idades produtivas, contribuiu para modelar uma pirâmide etária com uma estrutura por sexo e idade que não se

¹⁴ A porcentagem da população escrava no total de habitantes desses municípios era de 40,6%, 51,7%, 58,6%, 48,7%, 40,9%, 33,9%, 36,9% e 24,3% respectivamente.

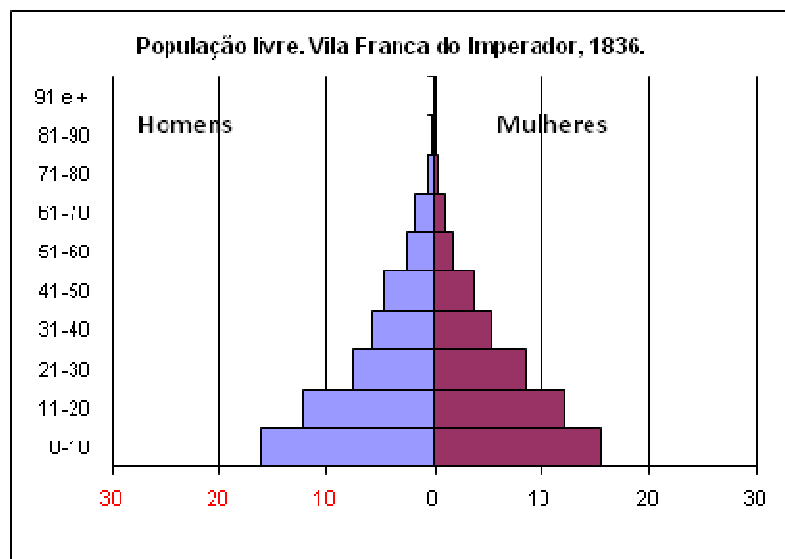
assemelhava a dos homens e mulheres livres. Em 1836, as crianças, entre zero e 10 anos de idade, representavam 25,5% desse segmento (no livre, eram 35,9%).

Gráfico 1



Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

Gráfico 2



Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

Os 395 inventários levantados pela pesquisa, que abrangem o período 1811-1850, arrolaram um total de 2.596 cativos¹⁵. A partir dos dados da Lista Nominativa de

¹⁵ Em razão do significativo número de inventários levantados, não foi possível realizar o cruzamento de dados afim de verificar se os escravos já haviam sido inventariados em algum outro momento, por

1836 e dos inventários, as pirâmides etárias segundo a origem africana ou crioula demonstraram que, para a primeira metade do século XIX, tanto as informações coletadas em um momento específico do tempo (1836) como as coletadas no decorrer de quase 40 anos (1811-1850) apresentaram perfis semelhantes, ainda que apresentando valores e proporções diferentes.

Os homens representavam 54,9% dos escravos inventariados e as mulheres, 45,1%. Em outras palavras, para cada 100 mulheres escravas que aparecem nos inventários havia 122 homens. As crianças com até 10 anos representavam 28% dos cativos arrolados nos inventários (no censo, eram 25,5%). As diferenças entre os resultados apresentados pelas duas fontes certamente ficam por conta da seletividade embutida nos inventários (privilegiando aqueles que morreram proprietários). Por outro lado, por envolver a transmissão de bens, o inventário era mais rigoroso no arrolamento e na enumeração dos escravos, mas não necessariamente na caracterização dos mesmos.

No que tange à proporção de escravos de origem africana ou crioula, segundo sexo e idade, os dados censitários e os extraídos do conjunto dos inventários continuaram apresentando perfis parecidos para cada uma dessas origens.

Em 1836, dos 3.395 cativos de Franca a maioria era crioula (56,0%), mas a presença africana não era desprezível (32,7%). Para 12,3% não há informação quanto à origem. Os africanos eram 37,5% do total de escravos do sexo masculino e as africanas 24,0% das cativas do sexo feminino. Os escravos arrolados nos inventários no período 1811-1850 seguem a mesma tendência (28,5% eram africanos, 63,1% crioulos e para 8,5% não foi informada a naturalidade). Os africanos representavam 34,9% dos escravos e as africanas 20,7% das cativas.

Aqueles para os quais há identificação do local de procedência da África predominavam os do grupo banto (Angola, Benguela, Congo, Cabinda). No período entre 1811 e 1850, os provenientes da África Central ou Centro-Oeste Africano (Congo, Cabinda, Monjolo, Muange) e de Angola (Benguela, Cassange, Rebolo, Angola) representavam mais da metade dos escravos inventariados. Na realidade, os bantos constituíam o principal grupo de africanos de toda província paulista. Aqueles designados como *da Costa* ou *de Nação* representavam 12% dos cativos.

As pirâmides etárias relativas aos africanos apresentam um perfil típico de população imigrante, com mais homens e com idade média bem mais elevada que entre

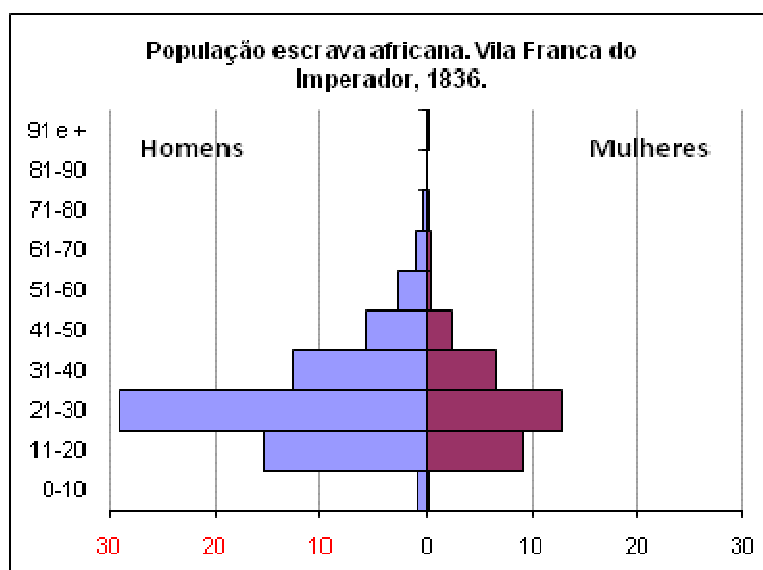
exemplo, quando pertenciam a um (a) viúvo(a) poderiam ter sido listados/avaliados quando da morte do primeiro cônjuge falecido.

os crioulos, respectivamente 36 e 19 anos¹⁶. O perfil da população crioula, por sua vez, mostrou-se bastante parecido com a da população livre (Gráficos 5, 6 e 2).

Se comparada às áreas onde a economia agro-exportadora predominou, o número de africanos em Franca era mais reduzido. No Vale do Paraíba paulista e Oeste Paulista, a proporção de africanos no total da população escrava chegou, em algumas localidades, a apresentar valores próximos a três quartos. Em Bananal (município produtor de café no Vale do Paraíba), 78,2% do total de cativos eram africanos em 1829 (MOTTA, 1999) e em Campinas, “em 1801, os africanos constituíam 70,1% dos cativos acima de 15 anos de idade. A proporção provavelmente se manteve próximo ou até superior a este patamar até o final do tráfico” (SLENES, 1999, p.71).

Outro cenário aparece em áreas voltadas para a produção de gêneros de subsistência, como Montes Claros, onde a participação dos africanos no total da população escrava foi de pouco mais de 20% em 1832 (BOTELHO, 1994).

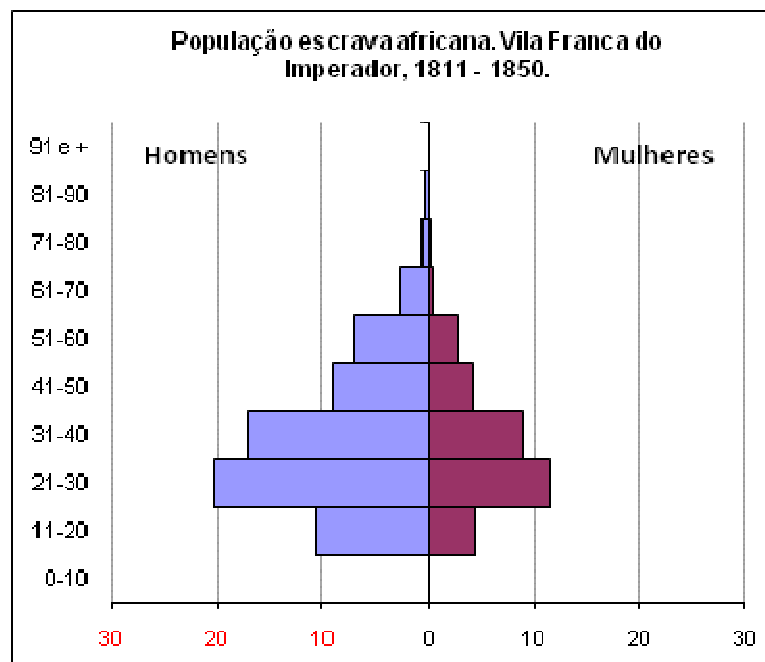
Gráfico 3



Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

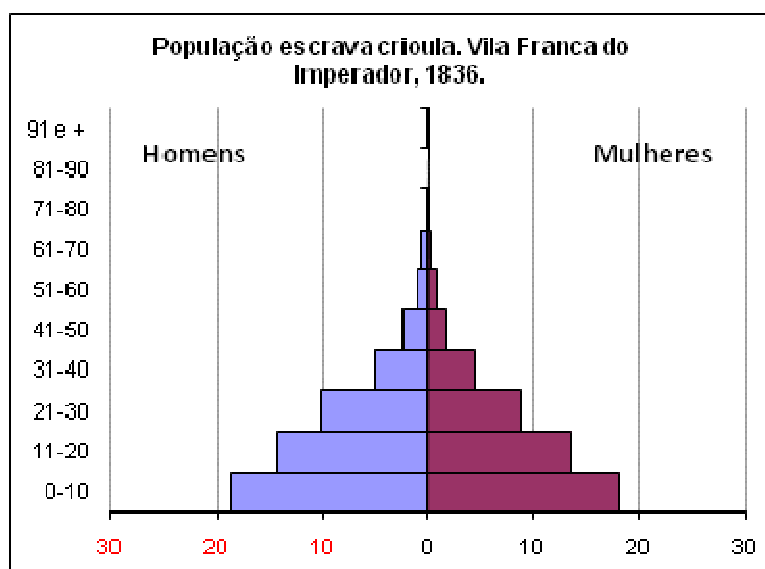
¹⁶ As idades médias se referem ao período 1811-1850.

Gráfico 4



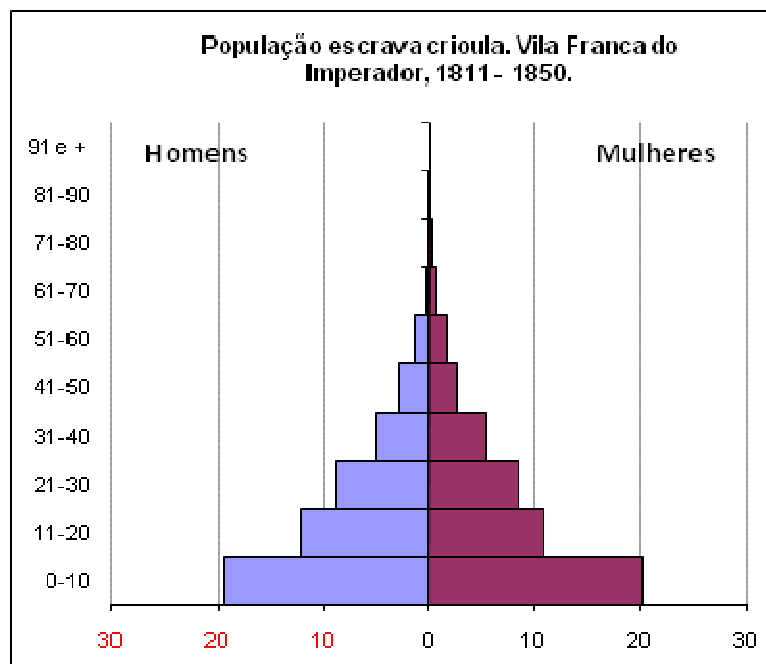
Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

Gráfico 5



Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836.

Gráfico 6



Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

No tocante à naturalidade dos escravos nascidos no Brasil, no censo de 1836 há referências genéricas como *crioulo(a)* ou *Brasil* e indicações da província de origem: Minas Gerais (15,2% do total geral) e de São Paulo (21,2%). Os escravos do sexo masculino nascidos na Província de São Paulo (inclusive Franca) eram 18,8% e em Minas Gerais 14,8%. As cativas naturais de Franca ultrapassavam, em números absolutos e proporcionais, seus pares homens. A porcentagem de mulheres provenientes de São Paulo chegava a 24,3% e as naturais de Minas Gerais a 15,8% do total da população cativa feminina.

Tabela 5- População escrava por naturalidade segundo sexo. Franca, 1836

Naturalidade	Homens	Mulheres	S/I	Total
Prov. de São Paulo	365	353		718
Prov. de Minas Gerais	287	229		516
África	727	349	1	1.077
Crioulos/Brasil	353	315	1	668
S/I	210	206		416
Total	1.941	1.452	2	3.395

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes 1836. S/I = Sem informação.

Para a primeira metade do século XIX, os escrivães de Franca que se ocuparam em inventariar os escravos não nos forneceram informações quanto à naturalidade dos crioulos.

Considerações finais

Em meados da primeira metade do século XIX Franca estava entre os municípios que possuíam mais escravos na Província de São Paulo, no entanto, a participação da população cativa no total da população não era tão alta como nas áreas de grande lavoura. Nesse momento, a proporção de domicílios que contavam com o braço escravo era relativamente alta e havia uma correlação direta entre o número de pessoas livres e o tamanho da escravaria, ou seja, na medida em que aumentava o número de livres o número médio de escravos também se ampliava.

Nos domicílios com escravos o número médio de pessoas livres era maior do que nos fogos sem escravos, em razão do número médio de filhos e da presença de outros livres (como agregados e pessoas aparentadas) serem superiores ao verificado nos domicílios que não contavam com a mão-de-obra escrava. Os domicílios com arranjos familiares mais simples imperavam em Franca, assim como em toda a Província de São Paulo.

De uma perspectiva metodológica, demonstramos que os dados provenientes de duas fontes diversas (censo e inventários *post mortem*) e com recortes temporais distintos apresentaram tendências semelhantes quanto à estrutura demográfica dos cativos. A razão de sexo encontrada entre os escravos de Franca não foi tão pronunciada como nas áreas de *plantation* e a participação das crianças com até 10 anos mostrou-se significativa.

A proporção dos africanos no total da população escrava foi inferior a dos crioulos em todo o período analisado, destoando dos números

apresentados pelas áreas de *plantation* de São Paulo. Ao mesmo tempo, mostrou-se mais elevada do que em outras regiões do Sudeste voltadas para o abastecimento interno. Como era de se esperar, a estrutura por idade e sexo da população escrava africana evidenciou um perfil típico de população imigrante, com mais homens e com idade média bem mais elevada do que entre os crioulos. Já entre estes últimos, a estrutura por sexo e idade aproximou-se mais ao perfil da população livre.

A migração de africanos e crioulos vindos de Minas Gerais com seus donos, a aquisição de novos escravos, via tráfico atlântico e interno, bem como o nascimento de crianças, foram fatores que contribuíram para a ampliação e manutenção das posses francanas.

Referências bibliográficas

BACELLAR, C. A. P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

_____; BRIOSCHI, L. R. (Org.). **Na estrada do Anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BOTELHO, T. R. **Famílias e escravarias**: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX. São Paulo, 1994. 215f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BRIOSCHI, L. R. **Criando história**: paulistas e mineiros no Nordeste de São Paulo (1725-1835). São Paulo, 1995. 268f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CHIACHIRI FILHO, J. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador**. Ribeirão Preto: Ribeira, 1986.

COSTA, I. N. **Minas Gerais**: estruturas populacionais típicas. São Paulo: EDEC, 1982.

CUNHA, M. F. **Demografia e família escrava**. Franca-SP, Século XIX. Campinas, 2009. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

_____. **Fogos e escravos da Franca do Imperador no século XIX**. Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

HENRY, L. **Técnicas de análise em demografia histórica**. Trad. de J. Manuel Nazareth. Lisboa: Gradiva, 1988.

HIGMAN, B. **Slave population and economy in Jamaica: 1807-1834**. Cambridge: Cambridge University, 1976.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.22, n.3, p.443-483, set./dez. 1992.

MARCÍLIO, M. L. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2000.

_____. **Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba**. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986.

MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.

MÜLLER, D. P. (Org.). **Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo**. São Paulo: Reedição Litteral Secção de Obras d' "O Estado de São Paulo", 1923.

SCOTT, A. S. V. **Dinâmica familiar da elite paulista (1765-1836)**. São Paulo, 1987. 301f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SLENES, R. W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil: Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TEIXEIRA, P. E. **O outro lado da família brasileira: mulheres chefes de família (1765-1850)**. Campinas: UNICAMP, 2004.